Art. 4º A Comissão Técnica de Avaliação será constituída para o processo de credenciamento/homologação, sendo que somente após a conclusão do processo de aceite os credenciados estarão aptos a iniciarem as atividades e ministrar curso de vistoria de identificação veicular.

Art. 5º O credenciado deverá fornecer todos os insumos necessários à execução integral do objeto definido nesta Portaria, sejam materiais, humanos e tecnológicos, não cabendo ao DETRAN/MG a remuneração de qualquer valor relacionado à prestação dos serviços.

Art. 6º A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada em homologar o curso previsto nesta Portaria deverá apresentar requerimento dirigido à Coordenação de Administração de Trânsito (CAT), diretamente no protocolo geral do DETRAN/MG.

§ 1º. O requerimento de que trata o caput do presente artigo deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - Documentação relativa à habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 60 dias anteriores à solicitação do credenciamento.

II - Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou estatutário;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

d) certidão negativa de existência de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, expedida pela Justiça do Trabalho.

III - documentação relativa à qualificação técnica:

a) descrição detalhada da proposta pedagógica e da metodologia de ensino;

b) identificação do corpo docente, acompanhada de currículo e comprovação de seu notório saber e experiência em vistoria de identificação veicular;

c) cópia integral e colorida do material didático;

d) modelo colorido de certificado de conclusão de curso, o qual deverá identificar o aluno por nome, CPF e RG, além do tipo de curso em que foi aprovado, o local e a data de sua realização.

§ 2º Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, à exceção das certidões e atestados, que deverão ser apresentados no original.

§ 3º Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a administração aceitará como válidas as expedidas até 60 dias imediatamente anteriores à data de apresentação do requerimento de homologação, desde que corretamente instruído com todos os documentos exigidos.

§ 4º Qualquer alteração na estrutura do curso, corpo docente e material didático deverá ser comunicada ao Diretor do DETRAN/MG e apenas poderá ser efetivada após aprovação do órgão executivo estadual de trânsito.

Art. 7º Compete ao Diretor do DETRAN/MG, cumpridos os requisitos desta Portaria, deferir a homologação, expedir e publicar a respectiva Portaria no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

§ 1º A homologação do curso será atribuída a título precário, não implicando qualquer ônus para o Estado, podendo ser revogada a qualquer tempo.

§ 2º A continuidade da homologação dependerá, ainda, da adaptação do curso a futuras regulamentações de ordem técnica por parte do DETRAN/MG ou outro órgão competente para tal fim.

§ 3º O curso homologado que, a qualquer tempo, deixar de atender às disposições desta Portaria terá sua homologação cancelada pelo DETRAN/MG.

Art. 8º Todas as atividades objeto deste credenciamento serão fiscalizadas pelo DETRAN/MG e/ou por terceiro eventualmente contratado, devendo o credenciado disponibilizar acesso irrestrito para a geração de relatórios gerenciais e acompanhamento remoto das atividades.

Art. 9º O curso homologado na forma desta Portaria deverá ser ministrado exclusivamente na modalidade presencial.

Art. 10 A pessoa jurídica de direito público ou privado interessada em se credenciar deverá possuir estabelecimento (matriz ou filial) no Estado de Minas Gerais que servirá para a completa execução do objeto desta Portaria.

Art. 11 A pessoa jurídica de direito público ou privado, cujo curso tenha sido homologado, deverá apresentar, em formato digital, por intermédio de canal eletrônico a ser disponibilizado pelo DETRAN/MG, com antecedência mínima de quarenta e oito horas do início de novo curso, comunicado dirigido ao Diretor do órgão executivo estadual de trânsito, informando local, data e relação dos alunos do curso a ser ministrado.

§ 1º A relação dos alunos deverá identificar cada interessado por nome, CPF e RG.

§ 2º Após o encaminhamento do comunicado, será aceita alteração na relação de alunos desde que encaminhada para o mesmo canal com antecedência mínima de 24 horas do início do respectivo curso.

Art. 12 Deverá ser observado o limite máximo de 50 alunos por curso.

Art. 13 O estabelecimento, próprio ou locado, utilizado para a exposição do conteúdo deverá:

I - Obedecer ao critério de 1,20m² por aluno e de 6m² para o professor, mobiliado com carteiras individuais, além de cadeira e mesa para o professor;

II - Atender aos critérios de acessibilidade conforme legislação vigente;

III - Possuir sanitário adaptado a pessoas com necessidades especiais.

Art. 14 A exposição dos veículos e das aulas teórica e prática ministradas pela pessoa jurídica de direito público ou privado cujo curso tenha sido homologado deverão se dar em área coberta.

Art. 15 Compete à pessoa jurídica de direito público ou privado, cujo curso tenha sido homologado, certificar, cumpridos os requisitos previstos nos "Anexo I, os alunos aprovados, emitindo certificado de conclusão de curso no padrão do apresentado quando da homologação.

Art. 16 No prazo máximo de dez dias do término de cada curso, a pessoa jurídica de direito público ou privado, cujo curso tenha sido homologado deverá apresentar, em formato digital, por intermédio de canal eletrônico a ser disponibilizado pelo DETRAN/MG, comunicado dirigido ao Diretor do órgão executivo de trânsito estadual, informando o resultado (aprovação ou reprovação), frequência e nota no exame final de cada um dos candidatos, os quais deverão ser qualificados por nome, CPF e RG.

Capítulo II - Dos Direitos E Obrigações Do DETRAN/MG

Art. 17 Compete ao DETRAN/MG:

I - Credenciar a pessoa jurídica, intitulada requerente, desde que atendidos os requisitos da presente Portaria;

II - Designar servidor para o acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas pelos credenciados;

III - Fornecer aos credenciados e requerentes as informações operacionais necessárias para a execução dos serviços em cumprimento às diretrizes estabelecidas nesta Portaria;

IV - Garantir, dentro de sua esfera de competência, o suporte técnico e operacional ao credenciado;

V - Informar às ECV'S (Empresas de Vistoria de Identificação Veicular) e às ECO's (Empresa de Controle de Qualidade), as credenciadas para execução do objeto desta Portaria;

VI - Providenciar aditamentos à presente Portaria, sempre que houver necessidade de se adequar à legislação pertinente;

VII - Deliberar sobre casos omissos eventualmente apresentados pelos credenciados, pelas ECV'S (Empresas de Vistoria de Identificação Veicular), pelas ECO's (Empresa de Controle de Qualidade) ou pelos usuários, durante a execução do serviço;

VIII - Fiscalizar direta e permanentemente, o cumprimento dos requisitos exigências constantes desta Portaria e da legislação, sem prejuízo das atribuições, observando-se as delegações às ECO's (Empresa de Controle de Qualidade).

§ 1º. O exercício de fiscalização, terá livre acesso aos dados relativos à administração, equipamentos, recursos técnicos e registros de empregados dos credenciados.

§ 2º. Compete à Coordenação de Administração de Trânsito do DETRAN/MG dar início às notificações do credenciado em caso de constatação de irregularidades.

Capítulo III - Das Obrigações Do Credenciado

Art. 18 São obrigações dos credenciados:

I - Exercer com liberdade suas prerrogativas, respeitados os dispositivos constitucionais, legais, normativos e regulamentares;

II - Representar perante as autoridades competentes, na defesa do exercício de suas prerrogativas;

III - Solicitar autorização prévia ao DETRAN/MG para proceder a qualquer mudança que implique em alteração contratual, do representante legal, proprietário ou sócios, razão social ou sociedade civil e nome fantasia, além do endereço;

IV - Cumprir a presente Portaria e o constante na legislação vigente que trate do assunto;

V - Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução de suas atividades e das normas emitidas pelo DETRAN/MG;

VI - Cumprir fielmente o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/1997, as Resoluções do CONTRAN, as normas e orientações estabelecidas pelo DENATRAN e DETRAN/MG;

VII - Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus empregados e profissionais contratados no atendimento ao público, às ECV'S (Empresas de Vistoria de Identificação Veicular) e às ECO's (Empresa de Controle de Qualidade);

VIII - Manter seu quadro profissional atualizado em relação à legislação de trânsito, notadamente no que concerne às normas emitidas pelo CONTRAN, DENATRAN e DETRAN/MG;

IX - Atender às convocações do DETRAN/MG;

X - Comunicar ao DETRAN/MG, assim que tiver conhecimento, formal e prontamente, os fatos e as informações relevantes que caracterizem desvio de conduta ou irregularidades referentes aos processos de identificação veicular e demais serviços correlatos, praticados, prestadores de serviço e prepostos, bem como, qualquer indício de ilícito penal, civil ou administrativo;

XI - Adotar imediatamente as medidas efetivas para resolver o problema, relativo a qualquer das situações descritas no inciso anterior, na esfera de sua competência;

XII - Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do curso;

XIII - Permitir o livre acesso às suas dependências e documentos, fornecendo todas as informações inerentes ao curso, aos servidores em supervisão, fiscalização ou serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo DETRAN/MG;

XIV - Manter elevado padrão de atendimento e aplicar técnicas modernas na execução dos serviços;

XV - Sujeitar-se à fiscalização do DETRAN/MG, inclusive nas dependências de seus estabelecimentos, exibindo os documentos solicitados;

XVI - Tratar com urbanidade os seus clientes e servidores do DETRAN/MG;

XVII - Comunicar ao DETRAN/MG o encerramento de suas atividades e quaisquer alterações no contrato social;

XVIII - Abster-se de práticas promocionais mediante ofertas de facilidades ilícitas ou indevidas para prestação de serviços, atribuindo valores inoperantes, a serem divulgados em quaisquer meios de comunicação;

XIX - Possuir e manter atualizado alvará de funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente.

Capítulo IV - Das Penalidades Ao Credenciado

Art. 19 A pessoa jurídica de direito público ou privado, cujo curso tenha sido homologado, sujeitar-se-á às seguintes sanções administrativas, conforme a gravidade da infração e sua reincidência, observada a ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência por escrito;

II - Suspensão das atividades;

III - Cassação da homologação;

Art. 20 Constituem infrações passíveis de aplicação de advertência:

I - Deixar de prover ao DETRAN/MG, no prazo estipulado pelo órgão de trânsito, informação que seja vedada;

II - Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores da Polícia Civil de Minas Gerais;

III - Apresentar ao DETRAN/MG, informações inexatas ou inverídicas ou tentar obstruir operação de fiscalização e/ou auditoria;

IV - Deixar de atualizar o corpo docente e/ou material didático após alterações na legislação e/ou no regulamento técnico de vistoria veicular do DETRAN/MG;

V - Deixar de exigir do aluno a apresentação de documentos obrigatórios previstos na presente Portaria;

VI - Negligenciar o controle das atividades administrativas e fiscalização de seus empregados;

Art. 21 Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão das atividades:

I - Reincidir em falta punida com advertência no período de 12 (doze) meses;

II - Desrespeitar o Código de Defesa do Consumidor;

III - Não prestar serviço adequado, na forma prevista na presente Portaria e em consonância com os preceitos éticos de correção profissional, moralidade administrativa e cortesia;

IV - Deixar de comunicar previamente ao DETRAN/MG, em até 30 dias, qualquer alteração em um dos documentos relativos à sua qualificação técnica;

V - Deixar de comunicar, em até 30 dias, alterações societárias ao DETRAN/MG;

VI - Deixar de conceder, a qualquer tempo, livre acesso às autoridades de trânsito às suas instalações, registros e outros meios vinculados à homologação, por meio físico ou eletrônico;

VII - Não possuir registros dos cursos realizados (identificação dos alunos – por nome, CPF e RG -, sua frequência e local e data de sua realização, além de comprovação de sua avaliação e o respectivo resultado);

VIII - Ministrar curso em estabelecimento que não se adequa aos requisitos mínimos exigidos na presente Portaria;

IX - Não atender ao prazo para adequação decorrente de fato ou circunstância superveniente ao ato de dispositivos regras legais, pertinentes ao exercício das atividades, emanadas dos poderes executivos federal, estadual ou municipal ou do poder judiciário, desde que passíveis de correção.

Art. 22 Constituem infrações passíveis de cassação da homologação:

I - Reincidir em falta punida com suspensão no período de 12 (doze) meses;

II - Apresentar ao DETRAN/MG, dolosamente, informações não verdadeiras;

III - Certificar aluno que não preencha os requisitos mínimos para ingressar no curso de vistoria de identificação veicular;

IV - Certificar aluno que não tenha cumprido os requisitos mínimos de frequência e/ou avaliação;

V - Ministrar curso com professor não autorizado pelo DETRAN/MG;

VI - Praticar atos de improbidade ou contra a fé pública, o patrimônio ou a Administração Pública e/ou privada;

VII - Adotar conduta moralmente reprovelável ou que de qualquer forma se preste à desmoralização do sistema de segurança pública e do trânsito ou das autoridades públicas.

Art. 23 A aplicação das penalidades previstas é de competência do Diretor do DETRAN/MG.

§ 1º. Da decisão do Diretor do DETRAN/MG caberá recurso, no prazo de trinta dias a contar da data da sua publicação, ao Chefe de Polícia Civil de Minas Gerais;

§ 2º. A aplicação das penalidades será precedida de sindicância ou processo administrativo, conforme o caso, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório;

§ 3º. Na hipótese de abertura de processo administrativo para apuração de infrações para as quais são cominadas as penalidades de suspensão ou cancelamento da homologação, poderá o Diretor do DETRAN/MG, mediante decisão motivada, suspender as atividades do credenciado até o encerramento do processo;

§ 4º. Decorridos cinco anos da aplicação da penalidade de cancelamento da homologação, poderá o credenciado requerer nova homologação, submetendo-se a todas as exigências para tanto;

§ 5º. A restrição prevista no § 4º deste artigo se estende aos sócios da empresa cuja homologação foi cancelada, bem como a seus cônjuges, companheiros(as) e parentes até o segundo grau.

Capítulo V - Das Disposições Finais E Transitórias

Art. 24 Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do DETRAN/MG.

Art. 25 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 26 Ficam revogadas as disposições em contrário.

César Augusto Monteiro Alves Junior

Diretor do DETRAN/MG

(* O anexo está disponível no site do Detran/MG: detran.mg.gov.br

*Portaria Nº 175, de 8 de fevereiro de 2018

Regulamenta o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado (Empresas Credenciadas de Vistorias – ECV) para realização de vistoria de identificação veicular.

O Diretor Do Departamento De Trânsito De Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e X do art. 22 da Lei nº 9.053, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e,

Considerando as disposições da Resolução nº 466, de 11 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais instrumentos normativos relativos à matéria;

Considerando Decreto Estadual nº 47.368, de 06 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade de se atribuir maior eficiência, controle, segurança e comodidade ao serviço de vistoria de identificação veicular e;

Considerando a necessidade de que as vistorias de identificação veicular obedeçam a critérios e procedimentos uniformes em todo o estado de Minas Gerais;

Resolve:

Capítulo I - Condições Gerais Para O

Credenciamento De Empresas – ECV'S

Art. 1º Regulamentar o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado para realização de vistorias de identificação veicular no Estado de Minas Gerais, por ocasião da transferência de propriedade ou de domicílio intermunicipal ou interestadual do proprietário do veículo, da rclaração das placas identificadoras ou da emissão de segunda via de Certificado de Registro de Veículo - CRV.

§ 1o A emissão do laudo único de vistoria de identificação veicular será realizada exclusivamente por meio eletrônico, através de sistema fornecido por Empresa de Tecnologia da Informação - T.I., a ser credenciada pelo DETRAN/MG;

§ 2º O laudo único de vistoria de identificação veicular só terá validade se devidamente aprovado por sistema disponibilizado por Empresa de Controle de Qualidade - ECO, a ser contratada pelo DETRAN/MG, e no âmbito do Sistema Nacional de Trânsito, se registrado no Sistema de Certificação de Segurança Veicular e Vistorias - SISCSV, mantido pelo DENATRAN, ou sistema homologado pelo DETRAN/MG.

§ 3o O DETRAN/MG poderá, excepcionalmente e em caso de necessidade, exercer diretamente a atividade de vistoria de veículos automotores, mediante ato do Diretor do órgão devidamente fundamentado.

Art. 2º A vistoria de identificação veicular tem por objetivo verificar:

I - a autenticidade da identificação do veículo e da sua documentação;

II - a legitimidade da propriedade;

III - se os veículos dispõem dos equipamentos obrigatórios, e se estes estão funcionais;

IV - se as características originais dos veículos e seus agregados foram modificados e, caso constatada alguma alteração, se esta foi autorizada, regularizada, e se consta no prontuário do veículo na repartição de trânsito.

§ 1º Os equipamentos obrigatórios são aqueles previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Resoluções do CONTRAN e Portarias do DENATRAN, bem como outras correlatas.

§ 2º É vedada a realização de vistoria de identificação veicular em veículo sinistrado com laudo pericial de perda total, respeitando-se apenas a possibilidade prevista no artigo 13 da Resolução nº 544, de 19 de agosto de 2015, do CONTRAN.

§ 3º Não se aplicam os incisos III e IV do caput deste artigo nos casos de veículo:

I - recuperado por instituição financeira por intermédio de ordem judicial ou entrega amigável;

II - indenizado integralmente por companhia seguradora, em razão de sinistro;

§ 4º Nos casos de que trata o § 3º deste artigo, o Certificado de Registro de Veículo - CRV e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV serão emitidos com a informação de "circulação vedada", que também será anotada no cadastro do veículo e disponibilizada aos órgãos de fiscalização de trânsito.

Art. 3º O laudo resultante da vistoria de identificação veicular terá validade de trinta dias e poderá ser utilizado para apenas uma transferência de propriedade e de domicílio intermunicipal ou interestadual do proprietário do veículo, uma rclaração das placas ou uma emissão de segunda via de Certificado de Registro de Veículo - CRV.

Parágrafo único - O laudo de que trata o caput deste artigo terá validade para serviços a serem executados apenas na circunscrição da CIRETRAN em que ocorrerá o processo.

Art. 4º O credenciamento é intransferível e será deferido a título precário, condicionado ao interesse público tutelado, não implicando qualquer ônus para o DETRAN/MG.

§ 1º. O credenciamento das ECV'S respeitará o âmbito de atuação e o quantitativo estabelecidos no Decreto Estadual nº 47.368/18.

§ 2º. Havendo interesse em possuir mais de um local para a realização de vistoria de identificação veicular, a interessada deverá credenciar separadamente cada filial, respeitando-se os mesmos critérios de credenciamento.

§ 3º. A empresa credenciada (ECV) deverá possuir como atividade exclusiva a de vistoria veicular.

Art. 5º O credenciamento de que trata esta Portaria terá vigência de três anos e poderá ser renovado sucessivamente por igual período, a critério do DETRAN/MG, desde que preenchidos os requisitos já estabelecidos ao credenciamento.

Parágrafo único. Sempre que julgar necessário, o DETRAN/MG fiscalizará as credenciadas para análise de documentos, procedimentos e apuração de irregularidades ou denúncias.

Capítulo II - Do Credenciamento De

Empresas Para Servicos De ECV'S

Art. 6º A empresa interessada deverá apresentar, no protocolo geral, requerimento dirigido ao Diretor do DETRAN/MG, acompanhado da seguinte documentação:

I - de habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria veicular, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;

b) certidão negativa de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação e concordata anterior à vigência da Lei 11.101/2005, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, sessenta dias anteriores à solicitação do credenciamento;

c) cópias da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas, atestado de antecedentes criminais e certidões de distribuição criminais, das Justiças estadual e federal, emitidas na jurisdição de domicílio, dos sócios e administradores;

II - de regularidade fiscal e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou estatutário;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

d) certidão negativa de existência de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, expedida pela Justiça do Trabalho;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) comprovação, na forma da lei, de regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais -RAIS ao Ministério do Trabalho e Emprego-MTE;

III - de qualificação técnica e financeira:

a) declaração de que apresentará até o ato de credenciamento, quadro de pessoal permanente com vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular homologado pelo DETRAN/MG, nos termos de portaria específica;

b) alvará de funcionamento, com data de validade, ou protocolo do pedido perante a prefeitura com autorização de funcionamento;

c) declaração firmada por seu representante legal de que disponibilizará ouvidoria ou serviço de atendimento ao consumidor;

d) apólice de seguro de responsabilidade civil profissional no valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) válida pelo prazo de vigência do credenciamento, para eventual cobertura de danos causados ao consumidor, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento integral;

e) comprovante de quitação do seguro contratado;

f) comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente;

g) declaração de abster-se, inclusive seus sócios proprietários e respectivos cônjuges, bem como parentes até o segundo grau, de envolvimento comercial que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, a exemplo do despachante documentalista, da remarcação de motor ou chassi, venda e revenda de veículos, leilão de veículos, inclusive sua preparação, seguros de veículos, recolha, depósito e guarda de veículos, removidos e apreen-

didos por infração às normas de trânsito, ou mesmo fábrica de placas e tarjetas automotivas.

IV - documentação relativa à infraestrutura técnico-operacional: a) planta baixa do imóvel destinado à realização das vistorias de identificação veicular, com descrição das instalações, instruída por croquis, em escala 1:100, identificando a existência de local coberto para a realização das vistorias com área mínima de 150m2 (cento e cinquenta metros quadrados), sendo vedado o uso de estruturas provisórias e a instalação em estabelecimento conjugado outra atividade;

b) certificado de sistema de qualidade, padrão ISO 9001:2015, com validade atestada pela entidade certificadora, acreditada pelo INMETRO ou signatária de acordos internacionais de reconhecimento mútuo no campo da acreditação;

c) declaração firmada por seu representante legal de possuir os equipamentos necessários ao exercício das atividades regulamentadas por esta Portaria;

§ 1º - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o DETRAN/MG aceitará como válidas as expedidas até noventa dias imediatamente anteriores à data de apresentação do requerimento de credenciamento, desde